

Organizadores:

Antonio Jerfson Lins de Freitas

João Teófilo

Viviane Prado Bezerra

Diálogos sobre a Ditadura

Série
Território
Científico

SER
TÃO
CULT

Organizadores:

Antonio Jerfson Lins de Freitas

João Teófilo

Viviane Prado Bezerra

Diálogos sobre a Ditadura



Sobral-CE

2021



Diálogos sobre a Ditadura

© 2021 copyright by Editora Sertãoocult
Impresso no Brasil/Printed in Brasil



Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138
Renato Parente - Sobral - CE
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222
contato@editorasertaocult.com
sertaocult@gmail.com
www.editorasertaocult.com

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico

Marco Antonio Machado

Coordenação do Conselho Editorial

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Conselho Editorial de História

Carlos Augusto Pereira dos Santos
Francisco Dênis Melo
Geranilde Costa e Silva
Gilberto Gilvan Souza Oliveira
Tito Barros Leal de Pontes Medeiros
Valeria Aparecida Alves
Raimundo Alves de Araújo
Antonio Iramar Miranda Barros
Camila Teixeira Amaral
Telma Bessa Sales
Juliana Magalhães Linhares
Cicero João da Costa Filho
Regina Celi Fonseca Raick
Andréia Rodrigues de Andrade

Revisão

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Diagramação

João Batista Rodrigues Neto

Capa

João Batista Rodrigues Neto

Catálogo

Leolgh Lima da Silva - CRB3/967

D536 Diálogos sobre a ditadura. / Antonio Jerfson Lins de Freitas,
João Teófilo, Viviane Prado Bezerra. (Organizadores.). –
Sobral, CE: Sertão Cult, 2021.

244p.

ISBN: 978-65-87429-89-2 - e-book - pdf

ISBN: 978-65-87429-90-8 - papel

Doi: 10.35260/87429892-2021

1. Ditadura- Brasil. 2. Fontes históricas. 3. História-
Passado. 4. Pesquisa histórica. I. Freitas, Antonio
Jerfson Lins de. II. Teófilo, João. III. Bezerra,
Viviane Prado. IV. Título.

CDD 981.063
907.2



Este e-book está licenciado por Creative Commons

Atribuição-Não-Comercial-Sem Derivadas 4.0 Internacional

Organizadores

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Graduado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2007) e em História - Licenciatura Plena pela Universidade Estadual do Ceará - UECE (2004). Técnico em telecomunicações pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFET-CE, atual IFCE). Especialista em Docência do Ensino Superior. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA (2019). Está vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas de História Oral do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Cursa segunda licenciatura em Geografia pela Faculdade Estácio do Ceará. Atualmente coordena o conselho editorial da Editora SertãoCult.

João Teófilo

Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e doutorando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde também atua como pesquisador do Laboratório de História do Tempo Presente (LHTP). Foi pesquisador do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da FGV-SP. Suas pesquisas concentram-se em questões relacionadas ao golpe de 1964 e à ditadura militar, abordando temas como cultura política, imprensa, memória e Justiça de Transição. Foi um dos organizadores da coletânea “A ditadura civil- militar em Sobral: aliança, ‘subversão’ e repressão” (2017) e é autor do livro “Nem tudo era censura: imprensa, Ceará e ditadura militar” (2019).

Viviane Prado Bezerra

Professora Assistente do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (Dinter UFF/URCA). Mestra em História Social pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Graduada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Está vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas de História Oral do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, atuando nos campos de pesquisa de História Social, com ênfase em Movimentos Sociais, Camponeses, História das Mulheres, História Oral e História da Educação.

Os entrevistadores

Alexander da Silva Braz é graduado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestrando em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e integra, também, o Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Política e Sociedade pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

Ana Marília Carneiro é pós-doutoranda em História pelo programa CAPES Print/UFMG. É doutora e mestre em História pela UFMG e pesquisadora do Laboratório de História do Tempo Presente da UFMG (LHTP/UFMG) e da HuManas: pesquisadoras em rede.

Carolina Maria Abreu Maciel é doutoranda em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC), onde pesquisa a formação da Juventude integrante da Pastoral da Juventude do Meio Popular, entre as décadas de 1980 e 1990. É licenciada em história pela mesma instituição e mestre pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Entre os anos de 2010 a 2012 estagiou na Associação 64/68 - Anistia. Desde 2012 é pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas História e Documento: Reflexões sobre fontes históricas - GEPHD. Em 2019, passou a integrar o Grupo de Estudos e pesquisas de História e Gênero. Entre os anos de 2013 e 2014 foi membro da Comissão Interinstitucional da Verdade das Universidades Públicas UFC/UECE.

Edilberto Florêncio dos Santos é Mestre em História e Culturas pela Universidade Estadual do Ceará-UECE. Especialista em Ensino de História do Ceará e em Gestão Cultural Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA. Professor Efetivo da Rede Municipal de Educação de Sobral-CE e professor substituto do Curso de História da UVA. É Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Patrimônio e Memória da Universidade Federal do Ceará-UFC e do Grupo de Estudo e Pesquisa História, Cidades e outras Artes-UVA.

Gilberto Gilvan Souza Oliveira é doutorando em História Social (PPGH-UFC), é mestre e graduado em História pela Universidade Federal do Ceará. Atuou como educador no núcleo educativo do Museu do Ceará (2013-2014). Atualmente é professor temporário do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (Sobral/CE) e desenvolve pesquisas em torno da história do livro, da leitura e da produção editorial.

José Valdenir Rabelo Filho é Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: regimes autoritários, memória, história oral e ensino de história.

Jucelio Regis da Costa é graduado em História pela Universidade Estadual do Ceará (2010). Mestre em História pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2015). Doutorando em História, vinculado à linha de pesquisa Relações de Poder, Linguagem e História Intelectual, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ. Docente da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos - FAFIDAM, campus da Universidade Estadual do Ceará - UECE, na cidade de Limoeiro do Norte, no setor Metodologias de Ensino de História e Geografia, História da Educação Geral e Brasileira; Legislação e Organização da Educação Brasileira. Atuou como professor formador e tutor no Curso de História na modalidade EaD, pela UECE. Desenvolve estudos sobre imprensa, ditadura civil-militar e sociedade; História e Memória da Ditadura Brasileira. Atualmente leciona no setor de ensino de História e Geografia, em Iguatu-CE, na FECLI/UECE.

Lucas Pedretti Lima é doutorando em Sociologia no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ). Mestre em História Social da Cultura (2018) e graduado em História (2015) pela PUC-Rio. Integra o Núcleo de Memória e Direitos Humanos do Colégio Brasileiro de Altos Estudos (CBAE/UFRJ). Foi pesquisador do Instituto de Estudos de Religião (ISER). Foi estagiário da Comissão Estadual da Verdade do Rio, sendo efetivado como assessor em julho de 2015. Foi assessor da Coordenadoria Estadual por Memória e Verdade de janeiro de 2016 a agosto de 2017. Colaborou com o projeto de pesquisa “Políticas Públicas de Memória para o Estado do Rio de Janeiro: pesquisas e ferramentas para a não-repetição”, do Núcleo de Direitos Humanos da PUC-Rio.

Marina Mesquita Camisasca é doutoranda em História e Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com mestrado (2009) e graduação (2005) na mesma instituição. É pesquisadora do Núcleo de História Oral (NHO) e do Laboratório de História do Tempo Presente (LHTP), ambos da UFMG. Possui experiência em história institucional e empresarial trabalhando na redação e editoração de livros, organização de arquivos, centros de memória e exposições. Realiza pesquisa na área de História Agrária, História do Brasil Republicano e História da Ditadura Militar.

Rafael Júnior dos Santos é graduado em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2016), mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará (2019). Atualmente é professor efetivo da Rede Municipal de Sobral. Participou do Programa de Educação Tutorial-PET (MEC/SeSu) de 2013 a 2016. Pesquisador do Grupo de Pesquisa História e Cultura Política, da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA. Participa do Grupo de Pesquisa História e documentos: reflexões sobre fontes históricas, da Universidade Federal do Ceará-UFC. Tem experiência de pesquisa na área de História, com ênfase em História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: cultura política, memória, discurso, Ditadura.

Telma Bessa Sales é graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997), com mestrado (2000) e doutorado (2006) em História pela mesma instituição e pós doutorado na Universidade de Évora - Portugal (2015). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social, atuando principalmente nos seguintes temas: Brasil, experiências sociais, memória, cultura, história oral e reestruturação produtiva. Fez estágio na Universidade La Sapienza (Roma) sob orientação do professor Alessandro Portelli. É membro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios no Ceará (ICOMOS-CE) e professora adjunta do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) desde 2011, onde é líder do Grupo de Pesquisa de História Oral.

Vera Lúcia Silva é doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e tem mestrado em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). É bolsista da Fundação do Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Publicou, junta a Ana Selma Silva de Aguiar, o livro “Um oásis dos menos favorecidos da sorte”: a experiência do Serviço de Promoção Humana (SPH), Camocim-CE, 1962-1979.

Prefácio

Nas duas últimas décadas, aumentou consideravelmente o número de pesquisas sobre o período autoritário de duas décadas iniciado como o Golpe de 1964, no qual os militares estiveram no centro e no controle do poder político no Brasil. Além desse crescimento, houve um notável alargamento do conjunto de temas investigados. Novas abordagens, novos objetos e novos problemas somaram-se aos trabalhos mais antigos, marcados principalmente pela busca de se compreender a dinâmica política do período. Em particular, destaca-se a preocupação em integrar uma dimensão cultural ao acervo anterior de pesquisas.

Falta ainda, contudo, refletir mais sobre esse conjunto de estudos, num exercício de auto reflexividade da parte da própria comunidade de pesquisadores. Este livro vem, em boa hora, contribuir para reduzir esse déficit. Destaco três de suas qualidades. Uma, de não restringir a seleção dos entrevistados a pesquisadores do triângulo Rio – São Paulo – Belo Horizonte. Outra, a de incluir pessoas de diferentes gerações acadêmicas. Finalmente, o foco nas trajetórias de pesquisa dos entrevistados, com suas opções, apostas e acasos.

Aparecem, ao longo das entrevistas, importantes reflexões sobre diferentes dimensões desse conjunto de experiências de pesquisa. Elas vão desde a natureza das fontes disponíveis, incluindo questões relacionadas ao seu acesso, até discussões mais gerais sobre conceitos utilizados na análise, passando pelas configurações mutáveis da memória sobre o período. Ganham também destaque, nas entrevistas, os desafios de se fazer uma história tanto do “tempo presente” quanto uma “história pública”, imersas nos debates contemporâneos. Tudo isso, num terreno minado pela

“pós-verdade”, pelas *fake news*, por negacionismos de várias ordens e pela dinâmica vertiginosa das redes sociais.

Mais do que a narrativa de produtos acabados de diferentes pesquisas, que aparecem melhor em livros e artigos acadêmicos, pode-se nessas entrevistas acompanhar o processo de “artesanato intelectual” em ação, de que fala Wright Mills. Nesse sentido, o livro certamente servirá de inspiração a jovens pesquisadores que se dedicam (ou que se dedicarão) ao tema.

Celso Castro

Professor, FGV CPDOC

A série Território Científico

O ato da escrita é um ato solitário, mas antes dele se concretizar, o autor precisa colecionar experiências, conhecimento, compartilhar ideias, trocar vivências com outras pessoas, ouvir novas histórias, enfim, ser impactado pelo convívio social, por aquilo que só é possível ser construído coletivamente.

E é exatamente a capacidade de nos conectarmos fisicamente que, embora já viesse sofrendo declínio nos últimos anos, foi mais afetada pelo atual cenário de pandemia no qual estamos inseridos. A Covid-19, além de uma ameaça real à vida das pessoas, levou ao extremo o processo de distanciamento que já experimentávamos. Ficar longe deixou de ser apenas um reflexo da rotina acelerada destas primeiras décadas do novo milênio. Graças ao vírus, tornou-se questão de sobrevivência.

O isolamento atingiu todos os aspectos da vida humana, e a produção do conhecimento científico não foi menos afetada, ainda mais em um país no qual atualmente essa produção já vinha sendo alvo de constantes ataques e aqueles que se dedicam a ela são encarados quase como inimigos do Estado. Nesse cenário, torna-se mais do que pertinente, mas necessário que todos aqueles que acreditam na educação, na ciência, no conhecimento se unam e abracem projetos que busquem aproximar essa produção e o público em geral.

Assim nasceu o *Território Científico*, uma iniciativa que visa não apenas aproximar renomados pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento entre si, mas possibilitar que compartilhem suas trajetórias, dificuldades e experiências com aqueles que escolherem seguir seus passos.

Com isso em mente, a *Editores SertãoCult* apresentou aos membros de seu conselho editorial a proposta de juntos promovermos uma série de

diálogos com pesquisadores que são referência em suas áreas de atuação, nos quais fazem um pequeno apanhado de suas trajetórias. Cada conjunto de diálogos ao final são transcritos e editados, compondo livros distribuídos gratuitamente no formato digital e oferecidos à venda em formato físico.

A série tem início com este volume, dedicado a um tema tão relevante, especialmente em nossa atual conjuntura político-social: a ditadura civil-militar. Nessa perspectiva, onze grandes historiadores que se dedicam a esta temática nos honraram ao aceitar contribuir com este projeto, dialogando com outros historiadores igualmente talentosos, nos brindando, nas próximas páginas, com uma verdadeira aula de como pesquisar um período tão sensível da história brasileira.

Não poderíamos estar mais orgulhosos do resultado deste esforço conjunto, que nos estimula a seguirmos empenhados em nossa defesa incondicional da ciência.

Obrigado a todos que ajudaram neste primeiro passo da *Série Território Científico*!

Que venham os próximos volumes!

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Marco Antonio Machado

Coordenadores da Série Território Científico

Apresentação

A temática da ditadura militar brasileira passou por importante expansão nos últimos anos em relação às pesquisas desenvolvidas. É certo que por longo tempo ficou restrita a outras áreas, como a sociologia e a ciência política, e apenas posteriormente os historiadores resolveram tomá-lo como objeto de estudo. Há algumas razões para isso, dentre as quais destacamos certa resistência na área de história em pesquisar temas próximos a nós no tempo, além da dificuldade de acesso às fontes. Atualmente, esse cenário é diferente: a história do tempo presente/história recente é uma área em expansão no Brasil e muitos fundos documentais ligados ao Estado repressivo, por exemplo, estão acessíveis aos pesquisadores, alguns dos quais ainda pouco explorados.

Iniciar uma nova pesquisa representa grande desafio, sobretudo para aqueles iniciantes que, ao final de seus cursos de graduação, precisam encontrar um tema/objeto que venha a se transformar em suas monografias, em seus trabalhos de conclusão de curso. Logo, muitas são as dúvidas e inseguranças. Saber por onde começar é uma questão difícil; após começar, as dúvidas continuam ao longo da pesquisa. É algo intrínseco ao processo e, claro, também faz parte da vida de pesquisadores mais experientes.

O contato com a obra de historiadores e historiadoras que pesquisam ditadura nos põe diante de um universo complexo que ainda tem muito para ser estudado, apesar dos avanços recentes. Ocorre que nem sempre o percurso de pesquisa está visível nesses trabalhos. E mais: as questões que antecedem a produção desses estudos, mas também que acompanham a escrita, nem sempre estão perceptíveis. A menos que conversemos com essas pessoas, ficará difícil saber detalhes do que poderíamos chamar de bastidores da pesquisa ou *behind the scenes*.

Este trabalho que agora apresentamos, através de entrevistas com historiadores e historiadoras, traz vários elementos desses bastidores e nos põe em contato com seres humanos, de carne e osso, que tiveram suas inquietações, dúvidas, mostrando que seus caminhos quase nunca são lineares. Eles nos põem em contato também com seus processos de formação e com as questões que permearam suas principais pesquisas. Trata-se de material de grande utilidade, que poderá servir de inspiração, de guia, para aqueles que desejam iniciar na área ou melhor conhecer suas especificidades.

Na escolha dos convidados, preocupou-nos não apenas selecionar pesquisadores com trajetórias e formações diferenciadas - de modo a incorporar ao trabalho experiências que, fugindo dos meios tradicionais de atuação, contemplam o uso de novas ferramentas para a produção e divulgação do conhecimento histórico, a exemplo da Internet. Mas, buscamos diversificar, dentro das possibilidades, seus lugares de atuação, contemplando profissionais de outras regiões do país que não apenas o Sudeste. Além disso, e não menos importante, buscamos elaborar um trabalho equilibrado do ponto de vista de gênero, pois sabemos das invisibilidades que também estão presentes no mundo acadêmico, nem sempre dando a devida atenção que merece ter as pesquisas feitas por mulheres.

Juntou-se a nós nesta empreitada um time de entrevistadores cuja escolha também se pautou pelas questões anteriormente colocadas. Conhecedor dos trabalhos e trajetórias de seus entrevistados, esse time contemplou nas perguntas questões essenciais que ajudam a evidenciar os propósitos deste projeto, abordando temas de pesquisa, mas também trajetórias, uma vez que essas duas dimensões guardam entre si grande proximidade, havendo, em alguns casos, uma mútua influência. Noutras palavras, entrevistadores e entrevistados trilharam um caminho que mostra ao leitor que as escolhas de temas e objetos de pesquisa também derivam de histórias de vida, sendo um processo permeado por subjetividades, por questões pessoais.

Diante do contexto de produção deste livro, marcado por discursos que buscam negar ou relativizar a ditadura militar, entendemos que o conhecimento histórico é importante antídoto. Esperamos, pois, que nosso esforço possa servir de inspiração para trazer para nosso campo de atuação novos nomes. E mais: que aqueles que tenham interesse no tema, mas sem ne-

cessariamente desejar ingressar na área, possam vislumbrar que a construção do conhecimento histórico é baseada em método, em erudição, em consulta a fontes, em crítica documental. O historiador trilha com seriedade um longo caminho até chegar às suas conclusões. Pode parecer óbvio, mas não custa reforçar: história não é opinião.

Ao encerrar esta apresentação, não poderíamos deixar de agradecer a todos aqueles que tornaram este projeto possível, em especial nossas entrevistadoras, entrevistadores, entrevistadas e entrevistados, e à Editora SertãoCult, que fez o convite e nos confiou a importante missão de tornar real algo dessa magnitude.

Jerfson Lins

João Teófilo

Viviane Prado Bezerra

Organizadores

Sumário

Ana Rita Fonteles Duarte.....	18	Doi: 10.35260/87429892p.18-37.2021
Carlos Fico.....	38	Doi: 10.35260/87429892p.38-57.2021
Caroline Bauer.....	58	Doi: 10.35260/87429892p.58-80.2021
Aírton de Farias.....	82	Doi: 10.35260/87429892p.81-102.2021
Edvanir Maia da Silveira.....	104	Doi: 10.35260/87429892p.104-126.2021
Marcos Napolitano.....	128	Doi: 10.35260/87429892p.128-142.2021
Samantha Viz Quadrat.....	144	Doi: 10.35260/87429892p.144-165.2021
Paulo César Gomes.....	166	Doi: 10.35260/87429892p.166-181.2021
Sônia Maria de Meneses Silva.....	182	Doi: 10.35260/87429892p.182-202.2021
Rodrigo Patto Sá Motta.....	204	Doi: 10.35260/87429892p.204-223.2021
Valéria Aparecida Alves.....	224	Doi: 10.35260/87429892p.224-242.2021



Marcos Francisco Napolitano de Eugênio é doutor (1999) e mestre (1994) em História Social pela Universidade de São Paulo, onde também graduou-se em História (1985). Foi professor no Departamento de História da Universidade Federal do Paraná (Curitiba), entre 1994 e 2004, e professor visitante do Instituto de Altos Estudos da América Latina (IHEAL) da Universidade de Paris III (2009) e na Universidade de Santiago do Chile (2018). Atualmente, é Professor Titular de História do Brasil Independente e docente-orientador no Programa de História Social da USP.

Marcos Napolitano

Carolina Maria Abreu Maciel
Gilberto Gilvan Souza

É preciso que o historiador não se confunda com a memória social, pois esta não tem um dono, é polimorfa e não tem compromisso com a verdade histórica. O historiador deve assumir o seu “lugar de fala” como profissional e como cidadão.

Território Científico (TC): Professor, poderia nos falar sobre sua experiência pessoal em seu campo de atuação, ou melhor, sobre sua trajetória acadêmica?

Marcos Napolitano: Eu me formei em meados dos anos 1980. Fiz toda minha graduação nos últimos anos da ditadura. Foi um período muito rico em experiências políticas inovadoras, baseados sobretudo em uma forte crença na democracia de base capaz de resolver todos os problemas sociais. Em que pese certa ingenuidade típica dos vinte anos, estes valores me marcaram como cidadão e como historiador. No mestrado, iniciado em 1991, escolhi um tema ligado aos movimentos sociais urbanos e aos protestos de rua contra o regime militar a partir de 1977. Fui orientado pela professora Maria Helena Capelato, que eu não conhecia da graduação, pois ela ingressou na USP depois de eu ter terminado o curso. O encontro acadêmico deu tão certo que continuou no doutorado.

TC: Poderia falar um pouco sobre sua tese de doutoramento e como você relaciona, entre outros objetos historiográficos, música e ditadura civil-militar. Como você chegou ao tema, quais eram os

debates artísticos e culturais postos entre 1959-69 e de que maneira eles foram usados como formas da arte da resistência através das manifestações culturais?

Marcos Napolitano: Nesta nova etapa, eu migrei para o campo da história da cultura, mas ainda fortemente abordada a partir de um olhar político. Minha tese de doutorado foi sobre o processo socio-cultural e ideológico de formação da Música Popular Brasileira entre 1959 e 1969. O tema da ditadura ainda estava lá, mas abordado a partir de outra perspectiva. Eu parti de uma visão fortemente ancorada na memória social – a música popular brasileira como vetor de engajamento político e resistência à ditadura – mas cotejei com seu papel na expansão de uma poderosa indústria fonográfica. O eixo da pesquisa foram os memoráveis festivais da canção da TV Record. O grande desafio foi coligir as fontes primárias necessárias, pois boa parte do material audiovisual tinha se perdido. Só para organizar uma ficha técnica com todas as canções apresentadas nos festivais da televisão (não apenas os da TV Record) foi necessário quase 1 ano de arquivo. Quase por sorte, consegui acesso à documentação institucional da TV Record, acervo que tinha até o texto manuscrito do júri contra a desclassificação de Sérgio Ricardo na fatídica noite em que ele arremessou o violão contra a plateia. Também pesquisei no acervo do Ibope no Arquivo Edgar Leuenroth/UNICAMP, que revelou uma fotografia muito interessante do mercado fonográfico brasileiro. Minha preocupação não foi diminuir seu papel da chamada “resistência cultural”, mas demonstrar que este processo experimentou uma relação dialética com a indústria cultural. Tentei demonstrar que o consumo musical da MPB marcou uma espécie de “educação sentimental e cívica” de uma geração, mas também deu muito lucro para as gravadoras, mesmo vendendo menos do que outros gêneros musicais da época, como a música cafona, a Jovem Guarda ou o “Sambão”. A tese era de que a MPB tornou-se algo mais do que um gênero musical, oscilando entre uma formação e uma instituição cultural, para usar os termos de Raymond Williams, que acabou por se tornar referência para organizar o mercado fonográfico como um todo a partir do consumo de uma classe média que estava mais para o radicalismo democrático do que para o socialismo. Outro grande desafio me-

metodológico ao longo do doutorado foi incorporar o lugar da linguagem estética (no caso, a linguagem da canção) na análise historiográfica, sem cair na musicologia ou na semiótica da canção. Neste sentido, a contribuição teórica e metodológica dos cursos do professor Arnaldo Contier foi fundamental, pois poucos haviam se debruçado sobre as especificidades do fonograma musical como fonte, antes dele. Seu conceito de “escuta ideológica” foi fundamental para o meu trabalho. Por outro lado, a orientação da professora Maria Helena Capelato já tinha delineado o campo da história política da cultura, domínio que acabou sendo fundamental para inserir a pesquisa nos debates historiográficos mais amplos. Um aspecto que eu não cheguei a desenvolver na tese de doutorado, mas que ficou latente e só foi mais analisado na minha tese de livre-docência, publicada em 2017 sob o título de “Coração Civil: a vida cultural brasileira sob o regime militar” (Intermeios, 2017), foi a relação da música com outras artes e com o projeto modernista delineado a partir dos anos 1920.

TC: Poderia falar sobre o processo das suas pesquisas no que se refere aos acervos consultados, ao acesso às fontes (levando em consideração a recente abertura de novos fundos documentais sobre a ditadura) e que possibilidades elas apresentam para jovens historiadores?

Marcos Napolitano: Infelizmente, por causa da dinâmica da carreira, do excesso de tarefas na graduação e das demandas burocráticas dos últimos anos, quando fui por duas vezes coordenador de pós-graduação, tenho ido menos a arquivos do que gostaria. Minhas últimas incursões a arquivos físicos foram relativas às minhas pesquisas como bolsista do CNPq sobre imprensa e memória da ditadura e sobre a relação entre música e cinema brasileiro dos anos 1950. Foram pesquisas de tiro mais curto, com foco muito restrito e objetivo, mas que renderam artigos com bons resultados. O livro “1964: história do regime militar”, por ser um livro de síntese historiográfica, foi resultado de leituras críticas e de fontes que já tinham sido pesquisadas anteriormente. Enfim, a minha experiência mais prazerosa e de longa-duração em pesquisas de arquivo foi, efetivamente, aquela ligada ao doutorado e à pesquisa na área de música popular, no come-

ção da minha carreira docente. Basicamente, eu vasculhei os acervos do DOPS no Arquivo Público de São Paulo, os acervos do arquivo Edgar Leuenroth, o arquivo Multimeios do Centro Cultural São Paulo, os arquivos do MIS do Rio de Janeiro e do Centro Cultural Banco do Brasil (Coleção Mozart de Araújo), do Arquivo e da Biblioteca Nacional (sobretudo para a pesquisa de livre-docência), no Centro Pastoral Vergueiro (cujo acervo, atualmente, está sob os cuidados do AEL/Unicamp). Além disso, tive acesso a alguns acervos e documentos pessoais para a pesquisa para o doutorado, incluindo meu próprio acervo de long plays (LPs) em vinil dos anos 1960 e 1970. Talvez, depois da aposentadoria eu possa voltar para os arquivos “*full time*” [risos]. Minha pesquisa atual incluía, sobre a Guerra Fria, uma etapa de campo no exterior, mas a pandemia de COVID complicou tudo. Por sorte, consegui ter acesso a vários materiais primários na Internet, em fac-símile, mas nunca é a mesma coisa.

Acho que a pesquisa em arquivo é a alma do negócio para a pesquisa histórica. Há uma certa ilusão sobre a suposta facilidade de acesso a fontes quando se pesquisa a chamada “história recente”. Mas, se por um lado, é inegável que há uma abundância de fontes primárias em vários suportes (impressos, audiovisuais, sonoros, iconográficos, materiais), por outro, os acervos estão muito desorganizados, muitas fontes primárias ainda não chegaram ao “estado de arquivo” para que o historiador possa, de maneira organizada, manejar as fontes. Muitos materiais, sobretudo audiovisuais, se perderam ao longo do século XX, sobretudo na área de televisão e cinema. Em relação ao período do regime militar, entretanto, há uma abundância de fontes, acervos e coleções já organizadas e disponíveis ainda pouco analisadas pelos historiadores, sobretudo no Arquivo Nacional e nos arquivos estaduais que se transformaram em repositórios do acervo das polícias políticas. Os arquivos das Forças Armadas têm muito material a ser pesquisado, mesmo sem considerar aqueles documentos “perdidos” ou vetados sobre a repressão a movimentos armados. No campo cultural, os acervos televisuais são o grande desafio para o historiador, pois boa parte deste material se perdeu ou está sob guarda de interesses comerciais, sem acesso público. Por fim, acho que os jovens historiadores da ditadura devem

prestar atenção nas pautas e nos acervos documentais gerados pela Comissão Nacional da Verdade. Há muitas joias pouco exploradas nesta massa documental.

TC: Em 2017 você lançou o livro *Coração Civil* pela Editora Intermeios, no qual trata da vida cultural brasileira e o regime militar durante os anos de 1964-1985, numa perspectiva crítica a partir do estranhamento da leitura do texto, datado de 2010, de sua autoria. Nele, entre outros temas, você destaca os rompimentos das *formas de lembrar da ditadura* como um passado *ainda atuante nos valores do presente*. Pode nos falar sobre as disputas de memória em relação ao regime civil-militar, das batalhas de memória entre as esquerdas como uma “memória hegemônica” em oposição as tentativas de construção de novas narrativas que relativizam ou negam a ditadura no Brasil?

Marcos Napolitano: Entre 2010 e 2017, houve uma verdadeira ruptura na forma pela qual a sociedade brasileira lembrava da ditadura. Na verdade, desde o começo do século XXI já havia sinais de que o que eu chamo de “memória hegemônica” estava sofrendo algumas críticas, mas nada próximo do que ocorreu a partir de 2009/2010, período no qual eu escrevi a tese de Livre Docência. Eu só formalizei este conceito em um artigo publicado em 2015, na Revista *Antíteses*. Mas a preocupação com a relação entre memória e cultura de resistência já estava configurada na tese. Minha hipótese é que há uma memória hegemônica sobre a ditadura, construída a partir do final dos anos 1970, de origem “liberal-progressista” com algumas pitadas de valores de esquerda, sobretudo oriundos da esquerda comunista ligada ao antigo PCB. Esta memória, triunfante na imprensa liberal, nas universidades, nos movimentos sociais progressistas, no sistema cultural tem como pressuposto o par “sociedade-vítima, sociedade-resistente” do Estado autoritário, como já apontara a professora Denise Rollemberg. Esta memória hegemônica isolou os dois extremos do espectro ideológico, a extrema-esquerda armada e a extrema-direita militar. Para a primeira, sobrou uma aura de heroísmo romântico, sectário e juvenil, e para a segunda, a responsabilidade exclusiva pela ditadura e suas violências. Com as mudanças na configuração desta memória, no contexto do crescimento da oposição

aos governos petistas e às políticas de memória em torno do III Plano Nacional de Direitos Humanos e da CNV, os liberais deram um passo para a direita. Justamente neste contexto, começa aparecer a “teoria dos dois demônios” entre nós, igualando a esquerda armada aos porões da tortura, à “tigrada”.

No contexto pós-impeachment de Dilma Rousseff não havia mais constrangimentos públicos em elogiar a ditadura e seus torturadores. Toda a memória da extrema direita, recalcada, a nostalgia da ditadura de uma “maioria silenciosa”, explodiu para a cena pública. Foi neste contexto que eu escrevi aquele “aviso ao leitor”, bem amargo, reconheço. Mas eu acho que, apesar do avanço da extrema direita, a memória hegemônica sobre a ditadura (e não confundam hegemonia com maioria) ainda está sob a guarda de um certo “liberalismo-progressista”, mas que rapidamente pode se transformar em conservador nos momentos de perigo. O problema maior é que apesar desta memória hegemônica crítica ao autoritarismo, pouco foi feito para democratizar e modernizar instituições importantes, como o sistema de justiça, a burocracia econômica de Estado e a polícia. Em muitos setores essenciais da vida nacional, as direitas herdeiras do regime militar continuaram dominantes e nunca precisaram rever suas responsabilidades civis pela sustentação do regime militar ou renovar seus valores liberal-oligárquicos que, no momento de suposto perigo para seus interesses, se alia aos autoritários de plantão.

TC: Ainda em relação às discussões sobre as disputas de memória, no artigo *Entre o imperativo da resistência e a consciência da derrota* (2016), você analisa a literatura (em especial a prosa e a poesia) como forma de resistência à ditadura, mas também como objeto e fonte para a construção de narrativas históricas. Como pensar as múltiplas linguagens artísticas em confronto com outros documentos comumente utilizados na pesquisa histórica? Como você tem realizado essas operações historiográficas ao longo da sua carreira de historiador (música, cinema, literatura)?

Marcos Napolitano: O grande desafio para o historiador é descobrir qual a medida para se trabalhar com fontes de natureza estética sem fazer má crítica artística, arremedo de semiótica ou etnografia super-

ficial. Nós não temos formação para a crítica (musical, cinematográfica ou literária), para a análise semiótica ou para o ensaio antropológico. Claro, muitos historiadores podem superar estas barreiras disciplinares, mas isto não é padrão. Por outro lado, análises internas e estruturais, tomadas de empréstimo dos estudos de cinema, de musicologia, da iconologia etc., podem deixar de perceber os vetores diacrônicos e as matérias sociais e históricas que incidem

sobre uma obra de arte. Esta busca, para mim, deve ser o ponto de partida dos historiadores que trabalham com arte. O que esta obra de arte informa sobre o meu objeto de pesquisa, sem deixar de ser obra de arte? Como esta obra incorporou a matéria social do seu tempo, dando-lhe uma forma específica, a partir de uma linguagem específica (escrita, audiovisual, visual, musical) e em diálogo com outras obras e tradições formais? Não é mais possível ficar naquela abordagem tradicional da historiografia: a biografia do artista, o contexto histórico e os aspectos temáticos da obra. Por outro lado, de que adianta o historiador realizar um esforço monumental para fazer uma exegese técnica da linguagem de uma obra de arte, que até pode interessar aos vários campos de estudo nela envolvidos, se ele não consegue relacionar com a matéria social e histórica, os projetos autorais dos artistas, as apropriações sociais e os problemas estético-ideológicos em questão? Este ponto de equilíbrio é muito difícil de conseguir, e depende do objeto e do problema que informam a análise.

Felizmente, a historiografia acumulou um corpus bibliográfico importante nas áreas de cinema, música, artes plásticas, teatro e, em menor grau, na literatura. Além disso, muitos trabalhos oriundos dos campos de estudos artísticos, literários, cinematográficos ou mesmo da sociologia da arte têm uma excelente marca historiográfica. Por fim, não podemos esquecer que muitos pesquisadores importantes

Em muitos setores essenciais da vida nacional, as direitas herdeiras do regime militar continuaram dominantes e nunca precisaram rever suas responsabilidades civis pela sustentação do regime militar ou renovar seus valores liberal-oligárquicos que, no momento de suposto perigo para seus interesses, se alia aos autoritários de plantão.

nestas áreas seguiram o mestre Antonio Cândido, como Ismail Xavier no cinema ou José Miguel Wisnik na música. No mais, a fonte de natureza estética deve ser analisada dentro das regras gerais do método histórico clássico: crítica documental, análise interna e externa, confronto com outras fontes da mesma natureza produzidas à época. Sem prejuízo de outras variantes interpretativas da arte, eu sempre procuro trabalhar a obra como intervenção no seu tempo e formalização de matérias sociais, e não como “reflexo” de contextos determinados.

TC: Em artigo recente, você desenvolve uma análise acerca dos processos de memorização e sua relação com o conhecimento histórico, no que tange aos períodos marcados por violências extremas, dando ênfase em duas categorias: trauma e tabu. Poderia discorrer sobre a utilização desses conceitos para pensar o papel da história e dos historiadores na luta contra a crescente onda de conservadorismo e o dos movimentos negacionistas e revisionista?

Marcos Napolitano: Nos últimos anos tenho me dedicado a compreender e analisar os processos sociais de construção da memória sobre a ditadura, em comparação com os paradigmas vigentes de enquadramento cultural e políticas de memória de ditaduras e violências do século XX. Como base destes paradigmas, surge a questão do trauma como categoria central de uma memória centrada não mais no “herói”, mas na vítima. Em grande parte, esta categoria é tributária da literatura sobre o Holocausto, seja a literatura de testemunho, seja a literatura acadêmica. Ao lado de outra categoria, “resistência”, ela forma os dois pilares da memória hegemônica da ditadura (“sociedade vítima – sociedade resistente”). Em relação ao trauma, a literatura predominante nos estudos culturais, na crítica literária e na psicanálise apresenta sérios questionamentos sobre a capacidade da história em compreender processos de violência, posto que uma das marcas do trauma é a incapacidade de uma figuração exata e encadeada do evento na narrativa objetiva, justamente uma das marcas da narrativa historiográfica. Contra este suposto “objetivismo historiográfico” reducionista do sentido inerente à violência extrema traumatizante, a literatura sobre as violências extremas reivindica uma abordagem que privilegie o testemunho fragmentado, subjetivo, lacunar e des-

contínuo. Estas seriam as únicas possibilidades de se conhecer um evento traumático e transmiti-lo como memória social pedagógica, “perlaborada”, sob pena de reduzi-lo a uma narrativa objetivista que banaliza o horror. Eu concordo em parte com esta abordagem, pois acho que a sacralização do “irrepresentável, inenarrável e indizível” como corolário do trauma pode, no limite, impedir a chamada “perlaboração” e superação do “passado que não passa”, transformando-o em refundação da sociedade em um novo convívio democrático que impeça novas tragédias. Parte desta perlaboração passa pela elucidação crítica de processos históricos que produziram as vítimas e que pedem alguma objetividade. Portanto, a questão do tratamento do trauma histórico coloca o historiador diante de um dilema não apenas teórico-metodológico, mas também de ordem ética e política.

Por outro lado, há uma outra categoria de origem psicanalítica, o “tabu”, que tem sido pouco pensado como parte destes processos de violência extrema e reconfigurador das memórias a eles associada. Se o trauma está ligado à vítima, o tabu informa não apenas o perpetrador e seus herdeiros, mas também pode estar associado a temas indigestos para a sociedade como um todo. Por isso, o tabu está ligado a um interdito moral ou cultural que foi violado no passado (a tortura sistemática a presos políticos, por exemplo) ao esquecimento programático e ao silenciamento proposital sobre um tema que incomoda. Tampouco o historiador deve se deter diante deste tema, mesmo com os mesmos riscos teórico-metodológicos e ético-políticos. Vale lembrar que o tabu está associado, na obra de Freud, à memória neurótica que não consegue se desligar do passado, é refém de interditos, e que vê os inimigos de ontem por toda a parte, ainda ameaçadores. No Brasil, embora haja certos temas tabus de esquerda (os justicamentos de companheiros ou as vítimas civis das ações armadas), o que predomina são os tabus dos setores mais conservadores, sobretudo da direita. Temas como racismo estrutural ou violência de Estado estão ligados a estes tabus conservadores e começam a ser enfrentados pela reflexão crítica, provocando reações diversas, como o negacionismo e o revisionismo conservador de vários temas da história do Brasil. O que é interessante é que os temas tabus rejeitados pelos negacionistas e revisionistas, como

escravidão, genocídio indígena e tortura no período da ditadura, são vistos como invenções da esquerda para dividir a sociedade, e assim permanecerem como tabus, como interditos à reflexão e à crítica. Em tempo, não confundir “revisão ideológica” com a necessária e saudável revisão historiográfica a partir de novas fontes e abordagens para temas consagrados. O primeiro já sabe onde vai chegar, pois a “pesquisa”, quase sempre manejada sem respeito ao método histórico, apenas visa confirmar o que já se sabe. O contrário da pesquisa histórica bem feita, portanto, na qual a hipótese nem sempre se confirma ao final do trabalho.

TC: Na nossa formação acadêmica, é quase impossível não ser atravessada pelos debates que você realiza sobre o cinema como fonte e objeto histórico. Quais as possibilidades de uso do cinema em sala de aula do ensino básico para tratar de assuntos como a ditadura? Como pensar a produção e as narrativas audiovisuais no atual contexto de proliferação de ferramentas como YouTube e Instagram como tipologias de fontes para o ensino de história sobre temas sensíveis, como ditaduras, genocídios e demais temas relacionados ao ataque aos direitos humanos?

Marcos Napolitano: Hoje em dia, falar em fontes audiovisuais é enfrentar a pluralidade de suportes e linguagens dentro deste campo. O cinema já tem uma tradição analítica consolidada no campo da história desde os anos 1970, pelo menos. No Brasil faço parte de um grupo de pesquisa que enfatiza a necessidade de análise da obra cinematográfica a partir do que chamamos “específico fílmico” para tecer as devidas conexões externas (projeto autoral, meio social, intenções políticas, circuitos de produção e apropriação da obra). No campo específico do filme histórico, nos importa pensar, além de tudo isto, como o imaginário e a historiografia sobre uma época estão figuradas no filme, e como este se torna produtor e vetor de memória histórica. Menos desenvolvida é a historiografia sobre a televisão brasileira, embora tenham surgido trabalhos importantes sobre teledramaturgia, principalmente. A vertente que eu segui no meu doutorado, que são os programas musicais da TV, ainda carece de mais pesquisas. Em grande parte, isto se deve à dificuldade de aces-

so a fontes organizadas e catalogadas. O grande acervo da TV Tupi de São Paulo, que está na Cinemateca Brasileira, ainda espera um tratamento adequado, o que é pouco provável neste contexto de crise da instituição, que revela o descaso do poder público com a memória cultural brasileira, incluindo a memória mais recente. Os games, outro vetor de estudos audiovisuais, já têm alguma bibliografia, contando com pesquisas de ponta no Brasil, mas ainda pouco conhecidas no próprio meio historiográfico. Finalmente, para o campo do *Youtube* e do audiovisual na internet como um todo, ainda estamos diante de um desafio heurístico, teórico e metodológico. Em primeiro lugar, porque o conceito de obra ou de comunicação de massa clássicos não servem para este tipo de fluxo de imagens. Se do ponto de vista da linguagem o audiovisual das redes sociais é conservador, o tipo de circulação e apropriação social são muitos inovadores.

De todo modo, os professores têm inúmeras possibilidades de trabalho com este material, mas é preciso planejar e buscar formação específica para que o trabalho em sala de aula não se perca. Não acho que o audiovisual deve substituir a palavra escrita e o contato com impressos na escola. Parto do princípio de que o trabalho com qualquer tipo de audiovisual deve enfrentar a linguagem específica do meio, fazendo com que os alunos pensem nas estratégias narrativas visuais que eles consomem, mas também que exercitem a escrita e a leitura a partir destas atividades com o audiovisual. Acho que os professores devem estimular a criação de clubes de cinema, grupos de produção audiovisual ou mesmo projetos interdisciplinares extrassala (uma mostra de filmes, por exemplo). Enfim, é preciso pensar o audiovisual na escola para além das disciplinas tradicionais e da sala de aula.

TC: Quais são os principais desafios para a produção e difusão do conhecimento histórico no tempo presente?

Marcos Napolitano: Sob o ponto de vista teórico-metodológico, o historiador especializado na história do tempo recente deve ter uma amplitude formativa que lhe permita analisar fontes em diversos formatos e linguagens: impressos, audiovisuais, fonográficos, icono-

gráficos/fotográficos, fontes orais etc. Este é um grande desafio para uma área tão especializada como a nossa. Quando estas fontes têm natureza estética, a coisa fica mais complicada ainda, pois a análise deve dar conta desta especificidade, sob pena de matar a complexidade deste tipo de fonte, cujas implicações formais orientam a apreensão do conteúdo e do tema que inspiraram seus criadores.

Outro desafio é manter a objetividade da análise historiográfica, o que não quer dizer ser ideologicamente neutro diante dos conflitos e crises do tempo presente que se articulam ao tempo estudado, sobretudo quando estes processos envolvem vítimas e perpetradores. Mas não se pode deixar a paixão e o engajamento cegarem a análise objetiva dos processos históricos e suas contradições. Acho que o engajamento deve informar mais as perguntas e a delimitação de um objeto de pesquisa comprometido com certas demandas sociais inclusivas do que as conclusões. Estas devem ser dadas pelas operações historiográficas consagradas, pela crítica documental, pela coerência teórico-metodológica.

Finalmente, há um desafio institucional e cultural: convencer uma sociedade utilitária, voltada para o consumo imediatista e o culto à informação de massa a aprender alguma coisa com a história que não sejam meras curiosidades sobre o passado. Há ainda o outro lado desta sociedade, que é francamente inimigo da crítica histórica, pois se sente ameaçado nos seus projetos de poder, que passam pelo esquecimento histórico dos conflitos passados não resolvidos, nem reparados.

Todos estes aspectos envolvem a necessidade dos historiadores e professores de história voltarem a discutir temas de relevância social, buscarem se comunicar com outros públicos que não os de congressos acadêmicos e alunos regulares. O problema é que as instituições universitárias não desenvolveram efetivamente uma política de divulgação científica, e a geração que hoje está no comando destas instituições, formada a partir da profissionalização da prática de pesquisa que se contrapôs à imagem do intelectual generalista do passado, talvez explique certa desconsideração deste aspecto.

TC: Qual a função e o lugar social do historiador no debate público diante do atual quadro político e social do Brasil?

Marcos Napolitano: Acho que o historiador é um dos guardiões do conhecimento sobre o passado, trabalhando a partir de um interesse pelos detalhes, pelos processos mais complexos e tentando responder a demandas colocadas pelos diversos atores e instituições sociais. É preciso que o historiador não se confunda com a memória social, pois esta não tem um dono, é polimorfa e não tem compromisso com a verdade histórica. O historiador deve assumir o seu “lugar de fala” como profissional e como cidadão. Na minha opinião, em ambas facetas deve repousar o compromisso com a construção de democracia e da pluralidade. E no caso do Brasil, com a inclusão social. Não sou propriamente um adepto da linha “historiador militante”, mas acho que estes compromissos devem informar nosso trabalho a partir do olhar objetivo e compromissado a um só tempo. Mais do que defender este ou aquele partido, o historiador deveria defender a verdade histórica contra o negacionismo e o revisionismo ideológico que procura apagar no passado as vítimas e seus herdeiros no presente. Seria muita pretensão defender a “verdade histórica”, mas acho que o compromisso ético com a sua busca é mais importante do que o seu efetivo encontro. Em tempos de negacionismo, é preciso tomar muito cuidado com a sedução relativista e com a diluição da verdade como categoria ontológica, em que pese a dúvida epistemológica. Se no passado, a crítica ao conceito positivista de “verdade histórica” factual foi im-

É preciso que o historiador não se confunda com a memória social, pois esta não tem um dono, é polimorfa e não tem compromisso com a verdade histórica. O historiador deve assumir o seu “lugar de fala” como profissional e como cidadão.

Se no passado, a crítica ao conceito positivista de “verdade histórica” factual foi importante para fazer aparecer novos temas e personagens do passado, hoje o negacionismo opera muito bem, de maneira oportunista, entre o relativismo e o empiricismo para apagar as vítimas do passado e perpetuar as injustiças do presente.

portante para fazer aparecer novos temas e personagens do passado, hoje o negacionismo opera muito bem, de maneira oportunista, entre o relativismo e o empiricismo para apagar as vítimas do passado e perpetuar as injustiças do presente.



Este livro foi composto em fonte Swis721 Cn BT,
em e-book formato pdf, com 244 páginas
Março de 2021

**Saiba como adquirir o livro
completo no site da SertãoCult**

www.editorasertaocult.com

Editora

**SER
TÃO
CULT**

Série
Território
Científico



Em 2021, 57 anos nos separam do início de um dos períodos mais sombrios da História brasileira. Apesar de mais de meio século ter se passado, nunca a ditadura civil militar esteve tão presente em nossas vidas, com a nova ascensão de uma ideologia política que apela para o extremismo nos moldes fascistas. Parece anacronismo, mas não há termo melhor para definir um grupo político que defende posicionamentos contrários à democracia, aos direitos básicos dos cidadãos, à existência de minorias, segundo o qual deve “se curvar ante a maioria”.

Em nenhum momento se produziu tanto conhecimento sobre a ditadura, felizmente, na maioria dos casos, conhecimento sério, embasado em fatos, em pesquisa, em reflexões coerentes. Em meio ao turbilhão negacionista e anticientífico, o trabalho dos onze entrevistados neste livro se mostra fundamental, pois produzir ciência nos dias atuais é, sim, um ato de resistência. Diante disso, nada melhor do que iniciarmos a série Território Científico com este tema tão atual e tão fundamental, afinal, a História, com agá maiúsculo, mais do que nos ajudar a registrar quem nós somos como povo, nos obriga a lembrar daquilo que preferiríamos esquecer, mas que não podemos, se quisermos preservar nossa humanidade.

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Marco Antonio Machado

Coordenadores da Série Território Científico

ISBN 978-658742990-8



9 786587 429908